	SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL – SUPRAM NM PARECER ÚNICO	Data: 12/03/2013 Folha: 1/3
---	---	--

PARECER TÉCNICO Nº 01/2013 - SUPRAMNM	PARECER ÚNICO Processo: 00018/1979/019/2011 Documento: 346181/2013
Indexado ao(s) Processo(s) Nº: 00018/1979/019/2011	
Tipo de processo:	
Recurso de Licenciamento Ambiental (X) Auto de Infração ()	

1. IDENTIFICAÇÃO

Empreendimento (Razão Social) /Empreendedor (nome completo): RIMA INDUSTRIAL S/A	CNPJ / CPF: 073.159.937.0384
Empreendimento (Nome Fantasia): RIMA INDUSTRIAL S.A. – Unidade Industrial de Fusão de Alumínio em Bocaiúva.	
Município: Bocaiúva – MG.	
Atividade predominante: Metalurgia dos Metais não-ferrosos em formas primárias, inclusive metais preciosos.	
Código da DN e Parâmetro: B-04-01-4	
Porte do Empreendimento: Pequeno () Médio () Grande (X)	Potencial Poluidor: Pequeno () Médio () Grande (X)
Classe do Empreendimento: 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 (X)	
Fase Atual do Empreendimento: LP () LI () LP + LI () LO () LOC () Revalidação (X) Ampliação ()	
Localizado em UC (Unidades de Conservação)? (X) Não () Sim Corpo D'água mais próximo: Rio Guavinipan Bacia Estadual: Rio Jequitai Bacia Federal: Rio São Francisco	



	SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL – SUPRAM NM PARECER ÚNICO	Data: 12/03/2013 Folha: 2/3
--	---	--

Processo: 00018/1979/019/2011
Documento: 346181/2013

2. HISTÓRICO



Pag.: 432

Inspeção/ <u>Vistoria</u> /fiscalização (X) Não () Sim	Relatório Inspeção/ <u>Vistoria</u> /Fiscalização Nº:	Data:
Notificações Emitidas Nº:	Advertências Emitidas Nº:	Multas Nº:

3. INTRODUÇÃO

Em 11/12/2012 na 91ª Reunião Ordinária da Unidade Regional Colegiada do Conselho Estadual de Política Ambiental do Norte de Minas, realizada no município de Montes Claros, foi apreciada e concedida com condicionantes a Revalidação da Licença de Operação (REVLO), pelo prazo de 04 (quatro) anos referente ao empreendimento RIMA INDUSTRIAL S.A..

O presente parecer trata da análise técnica do recurso feito pelo empreendedor, o qual solicita a dilatação da validade da Revalidação da Licença de Operação estipulado de 04 (quatro) anos para 06 (seis) anos.

4. DISCUSSÃO

Segundo a norma vigente DN COPAM nº 17/96, a empresa que não sofrer auto de infração (penalidades) na vigência da Revalidação da Licença de Operação, será beneficiada com um acréscimo de mais 02 (dois) anos na vigência da licença.

Após análise ao Sistema Integrado de Informação Ambiental (SIAM), verificou-se que existem dois Autos de Infração lavrados para a empresa RIMA INDUSTRIAL S.A. sob os números AI nº 07894/2010 e AI nº 7883/2010. Por esta razão, a equipe técnica desta Superintendência é pelo indeferimento do pedido de prorrogação da validade da Licença Revalidação da licença de Operação por mais 02 (dois) anos.

5. CONCLUSÃO

Neste sentido, recomendamos pelo **indeferimento** do acréscimo de mais 02 (dois) anos na validade da Revalidação da Licença de Operação.

6. Parecer Conclusivo

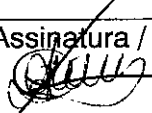
Favorável: (X) Não () Sim




7. Data / Responsabilidade Técnica:

Responsável pelo setor Técnico:
Cláudia Beatriz de Oliveira Araújo Versiani


Gestor do processo:
Pedro Henrique Versiani de Sena

Assinatura / Carimbo:

Cláudia Beatriz de Oliveira Araújo Versiani
DIRETORA DE APOIO TÉCNICO REGIONAL
SUPRAM N.M - MASP 1148188-4

Assinatura / Carimbo:

MASP: 1312158-9

Montes Claros, 12 de Março de 2013.

Moc. SIAM - 0332381/2013

	SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	Data: 08/03/2013 Folha: 1/10
	PARECER ÚNICO	

PARECER JURÍDICO
Processo: 00018/1979/019/2011
Documento: 332381/2013
Pag.: 434

PARECER JURÍDICO 86 DRCP – SUPRAM/NM

Indexado ao(s) Processo(s) Nº: 00018/1979/019/2011

Tipo de processo:


Recurso de Licenciamento Ambiental (X) Auto de Infração ()

1. IDENTIFICAÇÃO

Razão Social / Empreendedor:				CNPJ / CPF:			
RIMA INDUSTRIAL S.A.				073.159.937.0384			
Empreendimento:							
RIMA INDUSTRIAL S.A. – UNIDADE INDUSTRIAL DE FUSÃO DE ALUMÍNIO EM BOCAIUVA.							
Município:							
BOCAIUVA/MG.							
Atividade predominante:							
METALURGIA DOS METAIS NÃO-FERROSOS EM FORMAS PRIMÁRIAS, INCLUSIVE METAIS PRECIOSOS							
Código da DN e Parâmetro:							
Atividade.....: B-04-01-4 - METALURGIA DOS METAIS NÃO-FERROSOS EM FORMAS PRIMÁRIAS, INCLUSIVE METAIS PRECIOSOS.							
Coordenadas Geográficas:							
Datum:		(X) SAD 69		() WGS 84		() Córrego Alegre	
Formato Lat/Lon:		Latitude: S		Longitude: W			
Grau: 17		Min: 05		Seg: 34		Grau: 43	
						Min: 48	
						Seg: 09	
Porte do Empreendimento:				Potencial Poluidor:			
Pequeno () Médio () Grande (X)				Pequeno () Médio () Grande (X)			
Classe do Empreendimento:							
CLASSE 6 - DN 74/2004							
Fase do Empreendimento:							
REVALIDAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO – (REVLO)							
Localizado em UC (Unidades de Conservação)?							
(X) NÃO () Sim⇒⇒⇒							
Corpo D'água mais próximo: RIO GUAVINIPAN.							
Bacia Hidrográfica Estadual: RIO JEQUITÁI.							
Bacia Hidrográfica Federal: RIO SÃO FRANCISCO.							

2. RELATÓRIO:

Dispõe o presente parecer sobre a análise jurídica do recurso interposto pela RIMA Industrial S.A endereçado à Câmara Normativa Recursal - CNR do COPAM.





**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE
MEIO AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**
PARECER ÚNICO



Pag.: 435

Data:
08/03/2013
Folha: 2/10

Trata-se de recurso objetivando a reforma do prazo de 04 (quatro) anos estipulado na Revalidação da Licença de Operação nº 0018/1979/019/2011 julgado na 91ª RO URC COPAM Norte ocorrida e 11/12/2012.

Assim, a empresa requer a reconsideração da decisão para acrescentar mais 02 anos ao prazo inicialmente fixado e caso não seja esta reformada protesta pelo encaminhamento do recurso à CNR.

3. Parecer:

Inicialmente cumpre informar que a empresa RIMA Industrial S.A. protocolou no órgão ambiental, em mesma data (10/01/2013), dois documentos com idêntico pedido, sendo um "RECURSO" - Protocolo nº R590760/2013 e outro como "PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO" - Protocolo nº R5970759/2013. Frisa-se que desnecessário tal procedimento realizado pelo empreendedor uma vez que, conforme previsão do Decreto 44.844/08, o recurso interposto tempestivamente prevê em seu tramite a possibilidade de reconsideração pela Unidade Regional Colegiada concedente. Deste modo, por serem conexos os pedidos, a análise passa ser única assim como seu encaminhamento à URC Norte de Minas.

A fundamentação do recurso está na falibilidade humana. A doutrina pátria, fundamentada na Constituição Federal e nos princípios da Administração Pública, reconhece o direito de se recorrer de todos os atos da administração que venham trazer prejuízo aos administrados. Assim é o que afirma Hely Lopes Meirelles:

"Os recursos administrativos são corolário do Estado de Direito e uma prerrogativa de todo administrado ou servidor atingido por qualquer ato da administração".

Maria Sylvia Zanella Di Pietro leciona:

"Recursos Administrativos são todos os meios que podem utilizar os administrados para provocar o reexame do ato pela Administração Pública. Eles podem ter efeitos suspensivo ou devolutivo, este último é o normal de todos os recursos, independentemente de norma legal, lhe devolve o exame da matéria à autoridade competente para decidir".

Por fim temos a lição do professor Celso Antônio Bandeira de Mello que defende a natureza constitucional do recurso administrativo, nestes termos:

"se alguém considera que uma competência administrativa foi utilizada insatisfatoriamente ou injuridicamente e quer questioná-la nesta esfera (administrativa), pode valer-se de diferentes meios: pedidos de reconsideração, recurso hierárquico. Diz, ainda que: "o direito de recorrer

administrativamente não pode ser recusado, visto que se trata de uma inerência ao princípio constitucional da ampla defesa, em conformidade com o art. 5º, LV da CF/88".

Outrossim, não foi diverso o Decreto 44.844 de 25 de junho de 2008 que prevê em seu Capítulo IV sob o título "Do Recurso ao Licenciamento Ambiental e AAF" a possibilidade do administrado recorrer aos órgãos competentes quando se achar preterido em uma decisão relativa ao requerimento de AAF ou de licença ambiental.

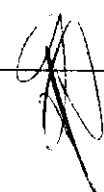
Cumpra ainda, através do presente parecer, verificar o atendimento aos requisitos necessários para o juízo de admissibilidade previstos no art. 23 do referido decreto para que, posteriormente, seja remetido o recurso a análise do órgão ou entidade responsável pela decisão relativa ao requerimento de licenciamento ambiental que, entendendo cabível, reconsiderará sua decisão.

Conforme fundamento no art. 19 do Decreto Estadual nº 44.844/2008, compete à Câmara Normativa e Recursal - CNR do COPAM decidir, como última instância administrativa, recurso de decisão relativa ao requerimento de licença ambiental emitida pela URC ou SUPRAM, admitida reconsideração por estas unidades. Sendo que o juízo de admissibilidade do recurso compete ao Secretário Executivo do COPAM.

Verificado os requisitos previstos no Capítulo IV da norma supramencionada, evidenciam-se seu cumprimento através da peça recursal apresentada, com fulcro na Lei Estadual nº 14.184/02 que dispõe sobre o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Estadual.

3. BREVE HISTÓRICO DA PEÇA RECURSAL APRESENTADA:

- Revalidação do LO pautada na 91ª Reunião Ordinária do URC COPAM Norte de Minas realizada em 11 de dezembro de 2012 na cidade de Montes Claros/MG com Parecer Único favorável a concessão da licença para o empreendimento.
- O referido parecer foi seguido pela Unidade Regional Colegiada do COPAM Norte que deferiu a licença pelo prazo de 04 anos e com a inclusão de condicionantes;
- A Decisão da URC COPAM Norte de Minas foi publicada no Diário Oficial de Minas Gerais em data de 15 de dezembro de 2012.
- O recurso foi protocolado em 10 de janeiro de 2013 em obediência ao prazo de 30 dias previsto no art. 20 do Decreto 44.844/2008 e sujeição aos requisitos de admissibilidade previstos.



4. TEMPESTIVAMENTE, O RECORRENTE REQUER:

Processo: 00018/1979/019/2011
Documento: 332381/2013



Pag.: 437

08/03/2013
PROTOCOLO



RIMA, SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE
MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Belo Horizonte - MG - Brasil
Tel: (51) 3313322-4251 Fax: (55) 31 3322-4118
Email: pcr@rima.gov.br - Internet: rimasuperior.gov.br

CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL - COPAM - UNIDADE
REGIONAL COLEGIADA NORTE DE MINAS - URCOM-COPAM

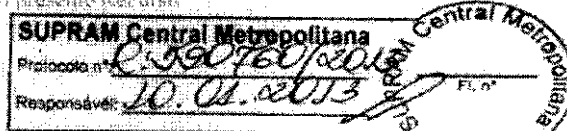
Processo Administrativo nº. 00018/1979/019/2011
Certificado LO Nº 312/2012 NM

RIMA INDUSTRIAL S/A, unidade de Bussuava
e estabelecida no Distrito Industrial S/Nº da Vila Santa, regularmente inscrita no
CNPJ sob o nº 18.272.478/0001-08, vem, por seus procuradores, interpor
RECURSO nos termos do art. 1º do art. 26 do Decreto Estadual nº 44.844/2008, pelos
fatos e fundamentos a seguir:

DA TEMPESTIVIDADE

A publicação da decisão da URCOM ocorreu no Diário
Oficial "Minas Gerais" em 15 de dezembro de 2012.

Com fulcro no art. 20 do Decreto Estadual nº 44.844/2008, o
pedido para interposição de Recurso e do prazo (prazo) para a publicação da decisão
Portanto, impetrativa, presente Recurso.



**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE
MEIO AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**
PARECER ÚNICO

Data:
08/03/2013
Folha: 5/10

Processo: 00018/1979/019/2011
Documento: 332381/2013



Pag.: 438

DO CABIMENTO DO RECURSO

Trata-se de recurso interposto à Câmara Normativa Recursal (NR COPAM), em última instância administrativa, sendo que o recurso deve preliminarmente, ser submetido à análise da URC Norte de Minas, responsável pela decisão que, entendendo cabível, poderá ser reconsiderada, conforme disposto no art. 1º e art. 26 do Decreto Estadual nº 44.844/2008.

DOS FATOS E FUNDAMENTOS

O presente recurso visa requerer a Reconsideração do item 3 do controle processual do parecer único SUPRAM NM Nº 39/2012 para concluir pelo benefício do acréscimo de 02 (dois) anos no prazo de vigência da licença ambiental.

A decisão que concluiu pela não concessão do benefício do acréscimo de 02 (dois) anos no prazo de vigência da licença, demonstra haver conformidade a norma vigente, DN COPAM Nº 17, de 17 de dezembro de 1996, art. 1º §1º, uma vez que a empresa não sofreu penalidade na vigência da revalidação da LO e o AI 007894/2010 encontra-se em análise jurídica, o que, por si só, não é capaz de presumir a incidência da penalidade. Nesta sentido, a norma é clara ao estabelecer que será assegurado o acréscimo de 02 (dois) anos para o empreendimento que não sofrer penalidade.

Assim sendo, sem decisão transitada em julgado, não há que se falar que a empresa sofreu penalidade, não podendo considerar-se que a mera existência do referido AI seja uma penalidade, pois o mesmo, nesta fase, é apenas um instrumento no procedimento de apuração da eventual infração administrativa, sendo assegurado ao interessado a garantia do contraditório e da ampla defesa, princípios esses consagrados pela Constituição Federal, em seu artigos 5º, inciso LV, sob pena de nulidade do AI.

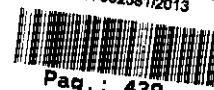
Regional Copam 10/01/2013 17:04 - R00000/2013

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE
MEIO AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

PARECER ÚNICO

Data:
08/03/2013
Folha: 6/10

Processo: 00018/1979019/2011
Documento: 332381/2013



Pag.: 439

Importante ressaltar que o expediente administrativo de nº 016537/2010, mencionado no P.L., não se trata de Auto de Infração, mas sim de Auto de Fiscalização, referente ao AI nº 007894/2010, não sofrendo a empresa, portanto, dois AIs, conforme informação cronologicamente constante no P.L.

Cumpre destacar ainda que o AI 007894/2010 foi objeto de abuso de poder da autoridade administrativa, uma vez que foi lavrado sob alegação de descumprimento da 1ª Etapa do Acordo Setorial, o que não ocorreu, pois o **COPAM prorrogou a 1ª Etapa em reunião realizada em 1º junho de 2010, conforme se denota da Ata da 26ª reunião e parecer único, ora anexos.**

Destarte, verifica-se que os atos e procedimentos adotados pela Administração Pública estão atados de vícios, sendo inequívoco que a presente decisão não merece prosperar, pelo total desacordo a norma aplicável.

Corroborando com isso, a orientação das Súmulas 346 e 473 do Colendo SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL afirmam, respectivamente, de modo explícito e claro que "a Administração Pública pode declarar a nulidade de seus próprios atos" e que "a Administração pode anular seus próprios atos, quando atados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos, ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial."

DO PEDIDO

PELO EXPOSTO, REQUER:

1 - A responsabilização/reforma da decisão, para que seja concedido o acréscimo de 02 (dois) anos, no prazo de validade da licença, eis que a requerente não sofreu nenhuma penalidade prevista na legislação ambiental, fazendo jus ao benefício previsto na norma vigente.



**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE
MEIO AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**
PARECER ÚNICO

Data:
08/03/2013

Folha: 71^a

Processo: 00018/1979/019/2011
Documento: 332381/2013



Pag. : 440


II- A retificação da informação constante no Parecer Único,
para que deixe de constar Auto de Infração nº 016537/2010 e passe a constar Auto de
Fiscalização nº 016537/2010.

Na oportunidade, indica o endereço do Anel Rodoviário, Km.
1,8- Bairro Novo das Indústrias, Belo Horizonte MG - CEP. 30.622-910- para recebimento
de notificações, intimações e comunicações.

Nestes termos
Pode deferimento.

Belo Horizonte, 04 de janeiro de 2013


PRISCILA CARVALHO
OAB/MG 56564


EDUARDO ANTONIO CARAM
OAB/SP 242.500

Resolubil. Caram 15/01/2013 17:04 - 02/07/2013



5. DO MÉRITO DO RECURSO:

Quanto ao mérito, temos a tecer as seguintes considerações sucintas quanto aos aspectos jurídicos levantados na peça recursal

Como é sabido, os prazos de validade das licenças ambientais e suas revalidações são definidos no estado de Minas Gerais pela Deliberação Normativa COPAM nº 17, de 17 de dezembro de 1996.

No que se refere especificamente às revalidações das licenças, o prazo das mesmas é estabelecido no art. 1º c/c § 1º, da mencionada Deliberação Normativa, que dispõe:

“§ 1º - Caso o empreendimento ou atividade tenha incorrido em penalidade prevista na legislação ambiental, transitada em julgado até a data do requerimento de revalidação da Licença de Operação, o prazo de validade subsequente será reduzido de 2 (dois) anos, até o limite mínimo de 4 (quatro) anos, assegurado àquele que não sofrer penalidade o acréscimo de 2 (dois) anos ao respectivo prazo, até o limite máximo de 8 (oito) anos.”

Assim, a aludida norma possui 02 (dois) objetivos bem claros e distintos, quais sejam:

1º) Beneficiar os empreendimentos que não sofreram qualquer tipo de penalidade transitada em julgado durante a vigência da licença, mediante o acréscimo de 02 (dois) anos ao prazo de validade da licença subsequente, até o limite máximo de 08 (oito) anos; e

2º) Reduzir em 02 (dois) anos o prazo de validade das licenças de empreendimentos que tenham incorrido em penalidade com decisão administrativa definitiva (transitado em julgado), até o limite mínimo de 04 (quatro) anos.

Outrossim, se o empreendedor não se enquadrar nos casos acima ele não sofrerá o decréscimo de 02 anos mas, também não será agraciado com o bônus de 02 anos em sua licença. Nesse sentido, é que foi realizado o controle processual constante no Parecer Único senão vejamos:

“(…)

Salientamos que a empresa, **segundo informações constantes no SIAM**, sofreu dois autos de infração – AI nº 07894/2010 e AI nº 16537/2010 – no decorrer da validade da Rev. da LO nº 018/1979/014/2007 com vigência até 20/12/2011.



**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE
MEIO AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

PARECER ÚNICO

Data:
08/03/2013
Folha: 9/10

Nesse diapasão, o empreendimento não faz jus ao benefício do acréscimo de 02 (dois) anos ao seu prazo de sua vigência. Outrossim, não sofrerá a diminuição de 02 anos em sua licença, haja vista que os AI's encontram-se em análise jurídica e também por ser um empreendimento de Classe 6, cuja validade da licença são 04 (quatro) anos. A Deliberação Normativa COPAM nº 17, de 17 de dezembro de 1996, dispõe in verbis:

(..)

Assim, sugerimos o deferimento do pedido de Revalidação de Licença de Operação para o empreendimento da Rima Industrial S.A. pelo prazo de 04 (quatro) anos, observadas as condicionantes constantes no parecer único”.



Verifica-se, portanto, que o empreendedor não foi penalizado como demonstra em sua peça recursal. Por outro lado, não faz jus ao acréscimo, pois, nesse caso, o benefício de dois anos em sua licença não encontra amparo legal.

Com razão assiste o empreendedor ao informar que o AI nº 16537/2010 na realidade trata-se de um auto de fiscalização. Porém, o respectivo auto de fiscalização gerou um AI de nº 7883/2010 elaborado por Liliana Adriana Nappi Mateus com base no art.83, cód 116 do Decreto 44.844/08, ou seja, o que houve foi um equívoco ao informar o número do auto de fiscalização no lugar do número do AI. Desta forma, retificada a informação a prática permanece a mesma, uma vez que, em face da RIMA Industrial S.A. foram lavrados dois A.I's que atualmente encontram-se em análise no Núcleo de Auto de Infração – NAI.

Por fim, o empreendedor escolhe o foro errado para dirimir assuntos relativos à procedência ou não dos AIs lavrados. Estes têm rito próprio de processamento conforme previsão do Decreto 44.844/08. Assim, por não ser aqui o foro adequado nos restringimos apenas a matéria afeta ao recurso administrativo ora em comento. Fato é que a empresa foi autuada e essa autuação impede a concessão do acréscimo como dito anteriormente.

Nesse diapasão, entendemos pertinente a manutenção do prazo de 04 (quatro) anos estipulado na Revalidação da Licença de Operação nº 0018/1979/019/2011 julgado na 91ª RO URC COPAM Norte ocorrida em 11/12/2012.

Isto posto, tendo em vista que a autoridade competente para a análise do juízo de admissibilidade do recurso é aquela disposta no parágrafo único artigo 19 do Decreto 44.844/08, e, uma vez narrados os fatos, transcritos os argumentos do recorrente e, por fim, verificada a presença dos requisitos constantes no Capítulo IV da norma mencionada e sua tempestividade, remetemos o presente, acompanhado da respectiva peça recursal e parecer técnico, ao Secretário Executivo do COPAM para admissibilidade.

	<p align="center">SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL</p> <p align="center">PARECER ÚNICO</p>	<p align="right"> Pag.: 443 Data: 08/03/2013 Folha: 10/10</p>
---	---	---

Não sendo reconsiderada a decisão pela Unidade Regional Colegiada do COPAM Norte de Minas o recurso deverá ser encaminhado para a Câmara Normativa Recursal - CNR como última instância julgadora.

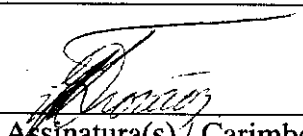
Este é o parecer salvo melhor juízo baseado no recurso impetrado e demais documentos colacionados aos autos.

6. DA ADMISSIBILIDADE DO RECURSO.

Parecer conclusivo ao atendimento dos requisitos relativo ao recebimento do recurso administrativo e no mérito manutenção do prazo de 04 (quatro) anos estipulado na Revalidação da Licença de Operação nº 0018/1979/019/2011 julgado na 91ª RO URC COPAM Norte ocorrida e 11/12/2012.

Favorável: () Não (X) Sim

7. DATA / RESPONSÁVEL

Data: 08 de março de 2013.	 Yuri Rafael de Oliveira Trovão Diretor de Controle Processual SUPRAM - NM
Diretor de Controle Processual da SUPRAM/NM Yuri Rafael de Oliveira Trovão - OAB/MG 99.682	Assinatura(s) / Carimbo(s)